UMA DANÇA NACIONAL: O PIAUÍ ACOMPANHA O RITMO "PRA FRENTE BRASIL"

Carlos Alberto de Melo Silva Mota[1]

RESUMO

Ao percorrer pelas sendas históricas do Brasil na década de 1970 podemos observar rastros espessos em torno do projeto político dos militares. Visualizamos que os generais buscavam perpetuar sua posição no comando federal, para isso utilizaram recursos como atos institucionais, limitações ao congresso e projetos políticos. Dentre esses projetos observa-se um alinhamento em torno do discurso de integração nacional, onde estados outrora marginalizados — como o Piauí — são impulsionados ao crescimento, por meio de governos que valorizavam a construção civil como ferramenta para inserção no "milagre brasileiro" econômico. Constata-se então um discurso híbrido, que relaciona o local e o global na construção de signos ufanistas de *um Brasil gigante*, cuja imprensa figura como a principal porta voz dos feitos da ditadura, consequentemente legitimadora do Golpe. O estudo constitui-se de uma pesquisa de caráter empírico a partir de documentos oficiais e de matérias jornalísticas do período, que são analisados a partir da interlocução com os estudos de Robert Darnton (2016), Anne-Marie Smith (2000), Beatriz Kushnir (2012), Carlos Fico (2008) e Cláudia Fontineles (2015).

Palavras-Chave
História. Política. Imprensa.

[1]Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí.

ABSTRACT

Crossing the historical paths of Brazil in the 1970s, we can observe dense traces around the political project of the military. We visualize that the generals tried to maintain their position in the federal command, therefore, as human resources, limitations to the congress and political projects. Among these projects, there is an alignment around the discourse of national integration, where formerly marginalized states - such as Piauí - are driven to growth, by governments that valued civil construction as a tool for insertion into the economic "Brazilian miracle". We can see a hybrid discourse that related to the local and the global in the construction of nationalist signs of *Um Brasil Gigante*, whose press appears as the main spokesperson for the dictatorship's achievements, consequently legitimating the coup. The study consists of an empirical research based on official documents and journalistic articles of the period, which are analyzed from the interlocution with the studies of Robert Darnton (2016), Anne-Marie Smith (2000), Beatriz Kushnir (2012), Carlos Fico (2008) and Cláudia Fontineles (2015).

Key words
History. Policy. Press

> O Brasil passou um tempão para descobrir que o progresso não era alcançado só às margens de rios. Estamos vivendo hoje a era das estradas, num impulso de integração Nacional, numa fácil locomoção do homem de um lugar para outro. [...] O progresso traz riquezas e como toda riqueza tem seu preço, o progresso das estradas tem um preço não muito barato, analisando sua história: milhares de acidentes, com inúmeros mortos são registrados anualmente. É claro que a culpa é dos homens, afinal, por trás de uma direção, está todo um complexo humano: cabeça, tronco, membros, etc. As estradas já têm suas acusações, além dos acidentes de autos, como prejuízos ao ambiente, à fauna, à flora, ao índio. O Julgamento de defesa é o mesmo: o progresso. E as conclusões cabem à História, que é imparcial, quase sempre.[2]

[2]BRASIL, o caminho aberto. Teresina: **O Dia**, 23 ago. 1973, p. 1.

O projeto de integração nacional, levado a cabo no Brasil durante o Regime Militar, pode ser interpretado como uma "modernização conservadora" da sociedade. Essa noção remete ao conceito de Barrington Moore Júnior que, ao interpretar *revoluções vinda de cima,* considera o processo de modernização conservadora como a condução de países para "a formação de uma sociedade industrial moderna mas com uma estrutura política conservadora".[3]

Esse caráter "modernizador" tomou traços mais espessos, no Brasil, a partir da década de 1970. Com a posse do general Emílio Garrastazu Médici, em outubro 1969, foi inaugurado um dos períodos mais marcantes do Regime Militar Brasileiro, que tomou nota como o "milagre econômico".

> A expressão "Milagre Econômico" foi usada pela primeira vez em relação à Alemanha Ocidental. A rapidez da recuperação desse país na década de 1950 foi tão inesperada que muitos analistas passaram a chamar o fenômeno de "Milagre Alemão". A expressão foi posteriormente repetida para o crescimento japonês na década de 1960. Finalmente, na década de 1970, a expressão "Milagre Brasileiro" passou a ser usado como sinônimo do *boom* econômico observado desde 1968 - e também como instrumento de propaganda do governo.[4]

Em sua posse o presidente afirmava crer no homem como a maior potencialidade de uma nação para o exercício do progresso, tal abordagem marcou a tônica do seu discurso durante todo o mandato, caracterizado por sucessivas obras públicas que conclamavam o espírito nacionalista coletivo. Pontuava, Médici:

> Homem do meu tempo, creio na mocidade e sinto na alma a responsabilidade perante a História. E, porque o sinto e o creio, é que darei de mim o que puder pela melhor formulação da política de ciência e tecnologia, que acelere a nossa escalada para os altos de uma sociedade tecnológica e humanizada. Homem da Revolução, eu a tenho incontestável, e creio no ím-

[3]PIRES, Murilo José. O Termo Modernização Conservadora: sua origem e utilização no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste,** vl. 40, n 03, 2009, p. 411.

[4] PRADO, Luiz Carlos. O "Milagre" Brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e distribuição de renda (1967-1973). In: DELGADO, Lucília; FERREIRA, Jorge. **O Brasil Republicano – volume 4:** O tempo da ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 207.

> peto renovador e inovador de seus ideais. E, porque a tenho assim, é que a espero mais atuante e progressista. É meu propósito libertar o nosso homem de seus tormentos maiores e integrar multidões ao mundo dos homens válidos e, para isso, convoco a universidade, chamo a Igreja, aceno à imprensa e brando ao povo para que me ajude a ajudar o homem a ajudar-se a si mesmo.[5]

De fato, a potencialidade civil foi explorada na edificação do "milagre" brasileiro, a partir do emprego da sua força de trabalho em obras de infraestrutura. Essa mão-de-obra proporcionara um incentivo considerável ao projeto econômico dos militares, ao passo que era contratada de forma barata — por se tratar de um serviço de baixa qualificação profissional — e em segundo ponto dava incentivo ao setor industrial da construção civil, como fábricas de cimento, aço, equipamentos e etc.

> Outra política de grande alcance foi a alavancagem da construção civil. Este setor é o maior empregador de mão de obra de baixa qualificação profissional, e divide-se em dois ramos, o da construção residencial e o da construção pesada. O primeiro continuou a ser alimentado pelo Banco Nacional da Habitação, com os recursos das cadernetas de poupança indexadas e, sobretudo, com a poupança compulsória reunida no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Assim foi possível financiar não apenas o construtor civil mas também o comprador do imóvel; enquanto durou o BNH foi o mais importante instrumento de política que este país conheceu capaz de enfrentar a demanda por moradias. Por seu lado, o ramo da construção pesada foi bastante beneficiado pelo grande aumento da demanda estatal por obras de infra-estrutura. Aqui ganham importância a ação de autarquias já existentes, como o DNER, e as encomendas das empresas estatais. Estas foram criadas a partir da regulamentação expressa no Decreto-lei 200 de 1967, com vistas a produzir aquilo que o setor privado não desejava ou que estava além de sua capacidade financeira, bem como fornecer a este mesmo setor privado insumos essenciais a baixo

[5]MÉDICI, Emílio Garrastazu. Apud. BONFIM, João Bosco Bezerra. **Palavra de Presidente:** Discursos de posse de Deodoro a Lula. Brasília: LGE Editora, 2004, p. 292.

> preço. Entre as estatais destacam-se, naturalmente, as holdings setoriais nas áreas de energia e telecomunicações. [6]

Conforme o economista Jeniffer Herman, o período narrado como "milagre" está delimitado entre 1968 e 1973, momento em que o Produto Interno Bruto – PIB cresceu a uma taxa média da ordem de 11% ao ano, acompanhado da queda da inflação (embora moderada) e de sensível melhora do Balanço de Pagamentos – BP.[7] A política econômica levada a cabo nesse momento foi encabeçada por Antonio Delfim Neto, professor de economia da Universidade de São Paulo – USP, que assumiu a pasta da Fazenda, ainda em 1967, quando se deu a posse do general Costa e Silva.

Em meados de 1968 foi lançado o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED), cujas prioridades eram: (1) a estabilização gradual dos preços, mas sem a fixação de metas explícitas de inflação; (2) o fortalecimento da empresa privada, visando à retomada dos investimentos; (3) a consolidação da infraestrutura, a cargo do governo; e (4) a ampliação do mercado interno, visando a sustentação da demanda de bens de consumo, especialmente duráveis.[8]

Vale ressaltar que, após o golpe, consumado em março de 1964, o comando militar estabeleceu gradualmente as reformas tributária e financeira. A reforma tributária objetivava o aumento da arrecadação do governo (através do aumento da carga tributária da economia) e a racionalização do sistema tributário, assim como o estabelecimento de uma política de caráter centralizador do ponto de vista federativo, limitando o direito de estados e municípios legislarem sobre tributos. Dificilmente uma reforma regressiva e centralizadora, nesses moldes, teria sido aprovada pelo Congresso e aceita pela sociedade em um regime democrático.[9] A reforma financeira, por sua vez, teve como objetivo primordial dotar o Sistema Financeiro Brasileiro – SFB de mecanismos de financiamentos capazes de sustentar o processo de industrialização já em curso; um aspecto importante para isso foi a ampliação do grau de abertura da economia ao capital externo de risco (investimentos diretos) e, principalmente, de empréstimo.[10]

---

[6]PRADO, op. cit. 2003, p. 225.
[7]HERMANN, Jeniffer. Reformas, Endividamento Externo e o "Milagre" Econômico (1964-1973). In: GIAMBIAGI, Fábio. **Economia brasileira contemporânea: 1945-2010**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p. 62.
[8]HERMANN, op. cit. 2011, p. 64.
[9]Ibidem, p. 54.
[10]Ibidem, p. 58.

A retórica do "milagre" econômico deve ser circunstanciada e problematizada, assim como suas consequências. A forte expansão econômica em 1968-73 no Brasil refletiu também a forte entrada de capital no país: os investimentos externos diretos (aqueles aplicados diretamente à produção de bens e serviços) e os empréstimos em moeda cresceram continuamente nesse período. [...] Portanto, o "milagre" no campo das contas externas só foi possível porque o ingresso de capital no país elevou-se acentuadamente: a dívida externa bruta brasileira saltou de US$ 3,3 bilhões para UU$ 14,9 bilhões no mesmo período – um aumento de 332%. [11]

Com base nesses dados, podemos considerar que as mensagens de otimismo irradiadas nos periódicos brasileiros, ilustradas por obras públicas, tiveram um alto custo. O país afogava-se num regime de dependência financeira e endividamento externo. Todavia, nas páginas dos jornais, predominava o clima de entusiasmo, assinalando essa captação de recursos como feitos a serem exaltados.

O PIAUÍ PARTICIPA AGORA DO "MILAGRE ECONÔMICO"

O jornal *O Estado* noticiava, no dia 1º de março de 1972, a obtenção de recursos pelo governo piauiense junto à empresa inglesa *Anglo Brazilian Technical Services.* Conforme a matéria, o valor estipulado previamente seria 2 milhões de libras, porém o montante emprestado teria ficado na casa de 5 milhões de libras, equivalente a 90 milhões de cruzeiros. Esses recursos seriam direcionados a planos de eletrificação, pesquisas de mineralogias e drenagem do rio Parnaíba.[12] Injetava-se capital estrangeiro em obras de infraestrutura, com ênfase na capital Teresina.

A escalada para a "sociedade moderna" que Médici idealizava ancorava-se em regimento como o Decreto Nº 1.106 de 16 de junho de 1970, onde se considerava urgente e relevante o interesse em promover a integração nacional, estabelecendo a criação do Programa de Integração Nacional, com um alto valor financeiro para usufruto dos diversos estados na construção de obras públicas.

[11]Ibidem, p. 68.
[12]ALBERTO obtém de missão inglesa 90 milhões para obras no Piauí. Teresina: **O Estado**, 10 mar. 1972, p.1.

> Art 1º É criado o Programa de Integração Nacional, com dotação de recursos no valor de Cr$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de cruzeiros), a serem constituídos nos exercícios financeiros de 1971 a 1974, inclusive, com a finalidade específica de financiar o plano de obras de infra-estrutura, nas regiões compreendidas nas áreas de atuação da SUDENE e da SUDAM e promover sua mais rápida integração à economia nacional.[13]

Para o desenvolvimento pleno do programa, Garrastazu Médici elencou nomes em todo o país alinhados ao seu projeto tecnicista. No Piauí, assim como em outros estados, o governo militar selecionou aliados à sua política, com a capacidade de desenvolver e aplicar projetos que mantivessem a ordem local, à medida em que colaboravam para projetos mais amplos em nível nacional.

Nesse contexto, em 1971, Alberto Tavares da Silva tomava posse no governo piauiense, no dia 15 de março, conclamando o apoio de todos para o desenvolvimento mútuo e circulação dos recursos:

> Estou certo de que, na caminhada que ora inicio, não me faltarão os estímulos de que necessito – das Forças Armadas, da juventude, que é o hoje e o amanhã desta nação, da classe política, dos trabalhadores das cidade e dos campos, dos ricos e dos pobres, com a convicção de que indispensável é nesta hora a aglutinação de todos os piauienses em torno de um governo que não dará agasalho a ressentimentos, que não tem interesses que não sejam os do Estado e do bem estar dos seus concidadãos.[14]

A matéria jornalística que trata da posse do governador tece também elogios ao seu antecessor, João Clímaco d'Almeida, o Joqueira, mencionado como um governador humanitário e popular, que findou seu governo sob aplausos de gregos e troianos, os mesmos que agora recebiam Alberto Silva, entusiasmados e esperançosos por dias melhores para o Estado.

[13] BRASIL. Decreto nº 1106, de 16 de junho de 1970. Cria o Programa de Integração Nacional. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 17/6/1970, p. 4521.
[14] NOVO Governo. Teresina: **Estado do Piauí**, 18 mar. 1971, p.4.

Destaca-se, na solenidade, a presença de parnaibanos, conterrâneos do governador, que mostravam solidariedade e integral apoio ao filho da terra, que agora ocupava o cargo mais elevado do Estado.

A origem na cidade de Parnaíba, ora conclamada na solenidade de posse Albertista, foi alvo de críticas por famílias tradicionais da oligarquia teresinense, que ficaram desgostosas pela indicação do parnaibano-forasteiro ao cargo Executivo Piauiense.

Acontece que, nascido no Piauí, Alberto havia construído carreira fora do estado, sobretudo no Rio de Janeiro, Ceará e Minas Gerais, locais onde ocupou diversos cargos e adquiriu formação em Engenharia Mecânica, Civil e Elétrica. A trajetória por esses lugares permitiu a Alberto construir uma rede de aliados, sobretudo no Ceará, onde conquistou as principais credenciais que levariam Garrastazu Médici a escolhê-lo como governador do Piauí.[15] Consciente do desconforto que causava a ideia de um "forasteiro", na chefia do governo estadual, Alberto buscava ressaltar a identidade piauiense e destacava sua naturalidade logo no discurso de posse:

> Não posso e não quero prometer milagres, não quero e não posso omitir a verdade, mas quero e posso e devo dizer ao povo do Piauí que estou aqui para executar, obstinadamente, tudo o que for necessário ao desenvolvimento desta terra em que todos nós tivemos o privilégio de nascer.[16]

Conforme pontua a historiadora Cláudia Fontineles, Alberto Silva soube transitar de estrangeiro a "construtor" da autoestima piauiense:

> O próprio Alberto Silva afirma que sua indicação pelos militares ao governo do Piauí no início da década de 70 teria gerado uma série de reações contrárias nos grupos dirigentes que governavam o Piauí até então, afirmando, em entrevista concedida no ano de 2006, que 'a classe política local fez tudo' para que ele não assumisse o Executivo Piauiense e que o grupo liderado por Petrônio Portella o via como forasteiro.[17]

[15] FONTINELES, Cláudia Cristina da. **O Recinto do Elogio e da Crítica**: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí. Teresina: EDUFPI, 2015, p. 79.
[16]NOVO Governo. Teresina: **Estado do Piauí**, 18 mar. 1971, p.1.
[17]FONTINELES, op. cit. 2015, p. 79.

A trajetória de Alberto e sua escolha como representante pelos militares reforça o projeto geral, do qual o Piauí passava a fazer parte. Tratava-se de um governador-engenheiro, com formação alinhada ao projeto de modernização que circundava o país e com as condições cômodas para reestruturação da ordem interna do estado, visto que era uma figura alheia as oligarquias políticas locais, portanto desligado das tradições e pudores mais estruturais da sociedade piauiense.

TODA PALAVRA GUARDA UMA CILADA

Em sua posse, Alberto segue a linha traçada por Médici dois anos antes, ao vincular os rumos que guiavam a nação à ideia de um labor civil que renderia frutos a todos. Alberto também pontuaria sobre o papel da mídia, que seria sua principal interlocutora com os cidadãos, comunicando desde as obras em andamento, correspondências com o federal até causos corriqueiros de sua vida privada: "A imprensa, a televisão e rádio terão em meu governo todas as facilidades para que possa cumprir a sua alta missão de informar com rapidez e seriedade".[18]

Destacamos que o incentivo proporcionado à imprensa pelo governador não se limitaria à capital do estado, em Parnaíba — cidade natal de Alberto — o governador também contribuiu para o trabalho dos jornalistas, a repercussão foi tamanha que se tornou-se notícia em impresso teresinense.

> O apoio do governador Alberto Silva à casa do Jornalista de Parnaíba tem quase sabor de uma reparação pelas investidas que tem sido feitas contra alguns homens de nossa imprensa. É um exemplo de que a classe dos jornalistas é digna de todo o respeito, merecedora das melhores atenções. A atitude de Alberto deve ser, portanto, motivo de reflexões para aqueles que ainda insistem em desprezar ou perseguir homens cujo "crimes" terá sido a busca da verdade e a defesa da moralidade da coisa pública.[19]

Nesse ponto podemos ver um jogo de poderes entre imprensa e Estado que não remete aos censores, trata-se da tentativa de cooptar os jornalistas à

[18]NOVO Governo. Teresina: **Estado do Piauí**, 18 mar. 1971, p.2
[19]PRESTÍGIO à imprensa. Teresina: **O Estado**, 27 jan. 1971, p. 4.

condição de *intelectocratas*, isto é, intelectuais a serviço do Estado. O apoio ao desenvolvimento da classe jornalística desenvolve-se em mão-dupla, ao passo que o governador oferecia subsídios ao grupo, por outro lado esperava que estes usassem seu poder de comunicação em favor do estado, seja ao ocultar a face autoritária do regime ou ao promover a figura do governador (como intermediário dos benefícios obtidos junto à esfera federal).

> Intelectuais do Estado ou estatistas, experts – *intelectocratas* – existem sob o signo da responsabilidade, da execução de uma tarefa. Assim, nesta separação, construiu-se a noção de *sociedades ocidentais e orientais,* em Antonio Gramsci, na qual *intelligentsia* vincula-se a um pensamento crítico, enquanto *intelectocratas* expressa uma tradição de valores conservadores de sociedade autoritárias e repressoras baseadas, também, no poder do veto censório como forma de exprimir a sua força.[20]

A análise da imprensa no transcurso do Regime Militar Brasileiro colocará em evidencia que as transformações da sociedade se infiltraram nesses órgãos de publicação. Observa-se então que a liberdade de imprensa foi censurada sob a ótica que os militares defendiam que "se a liberdade de imprensa era condição necessária para a democracia, para a democracia 'aperfeiçoada' seria fundamental uma imprensa 'aperfeiçoada', sob a tutela dos militares".[21]

Uma leitura genérica do período pós 1964 poderia definir a relação entre imprensa e política de maneira meramente binária, colocando em contraponto jornalistas e censores, que teoricamente se digladiavam de forma feroz em polos opostos. Nesse sentido a atuação dos periódicos seria tida como um ato de rebeldia, onde jornalistas se arriscavam para burlar os censores. Todavia, a prática mostra que era muito mais cômoda e comum uma posição próxima aos governantes e sob sua proteção, nesse sentido há predomínio de matérias e periódicos atuavam com um viés colaboracionista ao Regime, embora existissem outros que atuassem em oposição, radical ou moderada.

[20]KUSHNIR, Beatriz. **Cães de Guarda**. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 34.
[21]ARAÚJO, Angela de Aguiar. A imprensa brasileira e a política nos anos 1960 e 1970: "esvaziamento político" ou "lugar de descoberta" da memória social? In: **Encontro de História da Mídia**. São Luís: ALCAR, 2005. p. 5-20.

> Por esse raciocínio, criou-se um duelo em que o censor ou é um tirano, um algoz, ou é um incompetente, um despreparado intelectualmente para a função. Já o jornalista é descrito como o que realizava pequenos ou grandes atos, heroicos, de desafiar esse opressor. Nem tudo se explica nesse jogo maniqueísta. Aqui, um dos intuitos é perceber uma atuação colaboracionista, realizada na grande imprensa, frente a imposição autoritária. Assim, o discurso da reação, no sentido de oposição ao ato censório, construiu uma visão mítica da resistência, na qual se encerra também toda uma memória, pessoal e coletiva, do papel que se desempenhou nos anos de chumbo.[22]

Conforme apontado, tomava moldes o projeto de integração nacional, a partir de um programa que visava modernizar a sociedade com obras na área da construção civil, todavia além do caráter edificador esse programa carregava um caráter simbólico, para legitimação da ordem vigente. Os militares observavam no progresso nacional um subsídio para manutenção da ordem pública, que se via ameaçada pelos diferentes focos de revolta em todo a federação. Em linhas gerais, o país era reflexo do momento de radicalismos que o mundo vivenciava, repartido em dois blocos: esquerda e direita.

Ainda no mês que Alberto Silva assumiu o poder do estado, podemos ver manchetes no jornal *Estado do Piauí* que remetem ao momento de dicotomia vivenciado no âmbito global, que dividia o mundo entre dois grandes blocos. Tratava-se do "Terror da Esquerda e da Direita", que estava mergulhado numa espécie de círculo vicioso, que condicionava um agravamento mútuo, onde um ato serve de motivação para outro, e todos são unânimes no ódio e desprezo.[23]

Ao adentrarmos de forma mais profunda nos periódicos teresinenses, da primeira metade da década de 1970, podemos observar matérias que conclamavam a emblemática data 1º de abril, quando se comemorava o "transcurso de sétimo aniversário da Revolução".

> No caso brasileiro, inversamente, o fantasma insuperado não é o de uma grande revolução, mas o da revolução frustrada: a não revolução democrática e também a não revolução socialista

[22]KUSHNIR, op. cit. 2009, p. 39.
[23]O GOVERNADOR está certo. Teresina: **Estado do Piauí**, 25 mar. 1971, p.6.

> ou, por outra, a revolução às avessas, como a de 1964. Para garantir a modernização conservadora da sociedade brasileira, o avanço econômico, industrial e tecnológico que só se efetivaria em sua plenitude sob a bota dos militares nos anos de 1960 e 1970, quando a maioria da população brasileira, justamente a que deu seu suor e sangue para «desenvolver» o país ficou praticamente excluída dos benefícios da modernização que trouxe consigo uma concentração de riquezas ainda maior do que a existente até então. As massas despossuídas, a criminalidade, o subemprego, a exploração do trabalho, as carências de alimentação, saúde, moradia e educação tenderiam a crescer na mesma razão quem a «nação» se desenvolvia e modernizava.[24]

Ao conclamar os feitos "revolucionários" dos militares esses jornais estão realizando uma escolha de narrativa, marcada pelo teor colaboracionista. Nesse momento, devemos rememorar os eventos de 31 de março de 1964, que culminariam em 1º de abril, com o rompimento da democracia e a imposição de um novo regime. O palco da "revolução" foi uma sessão extraordinária do Congresso, onde parlamentares dirigiram-se ao Planalto do Planalto, em plena madrugada, e empossaram Ranieri Mazzilli.

> Os jornalistas e donos de jornal que, ao apoiarem governo militares naquele momento, optaram por estar ao lado do poder, se tornaram tanto agente, como "vítimas" dessa autocensura. Permanecer no palco das decisões era mais importante que a busca e a publicação da verdade. Por isto, esses jornalistas colaboracionistas são aqui vistos como *cães de guarda.* À soleira, montaram guarda e fizeram autocensura no governo Médici, colaborando por construir e difundir uma imagem irreal, inverídica, do país. Seguiram o fluxo quando o tabuleiro do poder mudou a disposição das peças.[25]

Nessas matérias via-se um intercâmbio de lugares, que alternavam entre a esfera local e a nacional, portanto colaborando com o projeto de integração.

[24]RIDENTI, Marcelo. O **fantasma da revolução brasileira**. São Paulo, UNESP, 2010, p. 25.
[25]KUSHNIR, op. cit. 2012, p. 48.

À medida que se proporcionava o desenvolvimento estadual fortaleciam-se as bases de legitimação federal. Vejamos um dos principais recursos utilizados, as falas de autoridades:

> A Mensagem de Sua Excelência e Senhor Governador Alberto Silva, no transcurso de 7º aniversário da Revolução publicada em quase todos os jornais da terra é um pronunciamento de melhores dias para os piauienses, principalmente quando ele diz; "asseguramos que os dinheiros públicos não serão dissipados em gatos supérfluos ou favoritismo político, nem desperdiçados em obras improvisadas que pouco representam para o bem estar coletivo".[26]

Nesse trecho, podemos observar uma série de fragmentos que contribuem para nossa trama de elucidação sobre a atuação da imprensa, no recinto de seus discursos e suas práticas. O meio jornalístico reforçava signos idealizados pelos militares, como a apropriação do termo "revolução". Conforme teóricos políticos, revolução deve ser distinguida de "golpe de estado", porque este se configura apenas como uma tentativa de substituição das autoridades políticas existentes dentro do quadro institucional, tipicamente levado a efeito por escasso número de homens, já pertencentes à elite, sendo, por conseguinte, de caráter essencialmente cimeiro.[27]

Todavia não devemos compreender os indivíduos receptores como essencialmente passivos desse processo. Nesse sentido observamos os jornais como elementos da indústria cultural que buscavam colaborar com um projeto, não um aparelho ideológico que manejava as massas a corroborar com um sistema.

> Evidentemente a indústria cultural tem um papel no processo de reprodução social, ela integra os indivíduos atomizados na massa social reforçando o sistema. Uma das características fundamentais da sociedade de massas é que ela constitui uma "multidão solitária". Nela, não é mais a classe social que agrega os grupos antagônicos de pessoas. O indivíduo se encontra afastado dos outros, isolado, daqueles que são seus "iguais" no processo de indiferen-

[26]O GOVERNADOR está certo. Teresina: **Estado do Piauí**, 25 mar. 1971, p.6.
[27] BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 2 v. 5.ed. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004. p. 1121.

> ciação social. Cabe a indústria cultural desempenhar o papel de cimento social, que ao divertir as pessoas, coloca em conjunto o que se encontrava separado. Mas ela não é geradora, originária, deste sistema de dominação; na verdade a indústria cultural se adequa, e é o produto de uma nacionalidade que lhe é anterior. Neste sentido seria incorreto dizer que ela cria "novas" necessidades.[28]

A estratégia de Alberto Silva em valorizar a imprensa, o rádio e a televisão, no seu mandato, pode ser reinterpretada naquilo que Cláudia Fontineles trata como as "maneiras de durar de Alberto Silva", uma figura enigmática, presente na memória da sociedade piauiense.[29] Assim, o uso da imprensa concebia tanto sua solidificação na memória popular, como representava uma tática para legitimação do seu governo e dos militares, que o tinham como seu representante. Dessa forma, ao desenvolver obras públicas ou proferir discursos, o governador unia sua *athanalídzein* (luta contra erosão do tempo) ao projeto de apoiar o regime militar, por meio de uma fachada democrática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese podemos observar uma sintonia nos discursos que conduzem o comando nacional e local, pautado na ideia de integração nacional, cujo principal meio para alcançar a meta comum se dá por meio da construção civil. Todavia, o desenvolvimento da infraestrutura não basta, ele se dá alinhado à atuação da mídia, que carregava a função de comunicar os feitos alcançados pelo executivo.

Destacava-se nesse momento um tom otimista com o destino da nação, o ideal de um "milagre brasileiro", e no caso mais específico do Piauí fala-se na redescoberta da identidade estadual, assim como a elevação da autoestima, face às conquistas econômicas.

A figura do governador toma nota na imprensa como um obstinado, que trouxe o desenvolvimento para um povo que estava desacreditado. Nesse sentido os jornais são utilizados para além da comunicação, se tornando um órgão colaboracionista do governo.

RECEBIDO EM 29/11/2021
APROVADO EM 14/03/2022

[28]ORTIZ, Renato. A escola de Frankfurt e a Questão da cultura**. Revista Sociologia em Rede**, vol. 6 n. 6, 2016, p. 230.
[29]FONTINELES, op. cit. 2015, p. 49.

REFERÊNCIAS:

ALBERTO obtém de missão inglesa 90 milhões para obras no Piauí. Teresina: **O Estado**, 10 mar. 1972, p.1.

ARAÚJO, Angela de Aguiar. A imprensa brasileira e a política nos anos 1960 e 1970: "esvaziamento político" ou "lugar de descoberta" da memória social? In: **Encontro de História da Mídia**. São Luís: ALCAR, 2005. p. 5-20.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 2 v. 5.ed. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004.

BRASIL, o caminho aberto. Teresina: **O Dia**, 23 ago. 1973, p. 1.

BRASIL. Decreto nº 1106, de 16 de junho de 1970. Cria o Programa de Integração Nacional. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 17/6/1970, p. 4521.

ERMANN, Jeniffer. Reformas, Endividamento Externo e o "Milagre" Econômico (1964-1973). In: GIAMBIAGI, Fábio. **Economia brasileira contemporânea: 1945-2010**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

FONTINELES, Cláudia Cristina da. **O Recinto do Elogio e da Crítica**: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí. Teresina: EDUFPI, 2015.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de Guarda**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MÉDICI, Emílio Garrastazu. Apud. BONFIM, João Bosco Bezerra. **Palavra de Presidente:** Discursos de posse de Deodoro a Lula. Brasília: LGE Editora, 2004, p. 292.

NOVO Governo. Teresina: **Estado do Piauí**, 18 mar. 1971, p.4.

O GOVERNADOR está certo. Teresina: **Estado do Piauí**, 25 mar. 1971, p.6.

ORTIZ, Renato. A escola de Frankfurt e a Questão da cultura**. Revista Sociologia em Rede**, vol. 6 n. 6, 2016, p. 230.

PIRES, Murilo José. O Termo Modernização Conservadora: sua origem e utilização no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste,** vl. 40, n 03, 2009.

PRADO, Luiz Carlos. O "Milagre" Brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e distribuição de renda (1967-1973). In: DELGADO, Lucília; FERREIRA, Jorge. **O Brasil Republicano – volume 4:** O tempo da ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

PRESTÍGIO à imprensa. Teresina: **O Estado**, 27 jan. 1971, p. 4.

RIDENTI, Marcelo. O **fantasma da revolução brasileira**. São Paulo, UNESP, 2010.